

INSTRUÇÕES ADMINISTRATIVAS:

NOTA INFORMATIVA, DE 2 DE AGOSTO DE 2018, DA DIREÇÃO-GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL

A Nota Informativa, de 2 de agosto de 2018, da Direção-Geral da Segurança Social, disponibilizou um conjunto de perguntas e respostas relativas à aplicação da Convenção sobre Segurança Social entre a República Portuguesa e a República de Moçambique e ao Acordo Administrativo relativo à sua aplicação, cuja entrada em vigor ocorreu no dia 1 de julho de 2017 [↗](#).

CIRCULAR N.º 2, DE 31 DE JULHO DE 2018, DA DIREÇÃO-GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL

A Circular n.º 2, de 31 de julho de 2018, divulgou informação técnica sobre as normas de aplicação, bem como os formulários a utilizar, relativos à Convenção sobre Segurança Social entre a República Portuguesa e a República de Moçambique e ao Acordo Administrativo relativo às modalidades de aplicação da referida Convenção, que entraram em vigor no dia 1 de julho de 2017 [↗](#).

LEGISLAÇÃO:

AVISO N.º 107/2018, DE 24 DE AGOSTO, DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

O Aviso n.º 107/2018, de 24 de agosto, tornou público que foram recebidas notas, na Embaixada de Portugal e na Embaixada de Barbados, em que se comunica terem sido cumpridas as formalidades constitucionais internas de aprovação da Convenção entre a República Portuguesa e Barbados para evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Londres, em 22 de outubro de 2010, e que a referida Convenção entrou em vigor em 7 de outubro de 2017 [↗](#).

PORTARIA N.º 233/2018, DE 21 DE AGOSTO, DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA JUSTIÇA

A Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto, regulamentou o Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, definindo, nomeadamente, o formulário para a declaração sobre os beneficiários efetivos e o prazo da primeira declaração para as entidades já existentes [↗](#).

LEI N.º 51/2018, DE 16 DE AGOSTO, DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, alterou a Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, bem como o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis [↗](#).

PORTARIA N.º 228/2018, DE 13 DE AGOSTO, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, DO PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS E DA ECONOMIA

A Portaria n.º 228/2018, de 13 de agosto, aprovou o modelo de contrato de mediação imobiliária com cláusulas contratuais gerais, a que se refere o artigo 3º do Decreto-Lei n.º 102/2017, de 23 de agosto [↗](#).

LEI N.º 46/2018, DE 13 DE AGOSTO, DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Lei n.º 46/2018, de 13 de agosto, estabeleceu o regime jurídico da segurança no ciberespaço, transpondo a Diretiva (UE) 2016/1148, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de julho de 2016, relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de segurança das redes e da informação em toda a União Europeia [↗](#).

LEI N.º 43/2018, DE 9 DE AGOSTO, DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Lei n.º 43/2018, de 9 de agosto, prorrogou a vigência de determinados benefícios fiscais, alterando vários artigos do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), e revogando os artigos 19º, 26º, 47º e 50º do EBF [↗](#).

LEI N.º 42/2018, DE 9 DE AGOSTO, DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Lei n.º 42/2018, de 9 de agosto, autorizou o Governo a aprovar um regime especial de tributação para a atividade de transporte marítimo e de benefícios fiscais e contributivos aplicáveis aos tripulantes [↗](#).

LEI N.º 39/2018, DE 8 DE AGOSTO, DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Lei n.º 39/2018, de 8 de agosto, estabeleceu um prazo mínimo de antecedência de cento e vinte dias para a disponibilização de formulários digitais, pela Autoridade Tributária e Aduaneira, para o cumprimento das obrigações declarativas previstas nos artigos 57º e 113º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e nos artigos 120º e 121º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, alterando o artigo 59º da Lei Geral Tributária [↗](#).